



**Educação,
Formação &
Crioulidade**

6 e 7 de julho
em Cabo Verde

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

Objetivo:

Dialogar sobre as implicações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na organização e desenvolvimento do trabalho escolar em escolas públicas de educação básica (EPEB) brasileiras

Configuração atual do Sistema de Avaliação da Educação Básica

- Está composta de dois processos:
 - 1) **Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb)**, se caracteriza por ser **amostral** e, portanto, oferece resultados de desempenho apenas para o Brasil, regiões e unidades da Federação. Avalia estudantes de 4^a e 8^a séries (5^o e 9^o anos) do ensino fundamental e também estudantes do 3^o ano do ensino médio, da rede pública e da rede privada, de escolas localizadas nas **áreas urbana e rural**;
 - 2) **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc)**, mais conhecida como **Prova Brasil**, é aplicada somente aos alunos de 4^a e 8^a séries (5^o e 9^o anos) do ensino fundamental da rede pública de ensino em escolas localizadas em **área urbana**. Essa avaliação é **quase universal**, expandindo o alcance dos resultados oferecidos pelo SAEB, fornecendo as médias de desempenho também para cada um dos municípios e escolas participantes.

Relação entre SAEB e IDEB

- As provas e os questionários socioeconômicos do SAEB são levados em consideração pelo IDEB, junto a outros fatores.
- O **IDEB** é calculado por meio da combinação de dois valores de referência,
 - as notas da **Prova Brasil e SAEB** (de língua portuguesa e matemática)
 - e o cálculo do **fluxo escolar** (aprovação, reprovação e evasão escolar).
- A intenção do IDEB, segundo documentos oficiais do governo, é
 - *“ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil” (BRASIL, 2008, p. 4).*
- O índice de escola pública é calculado e divulgado bienalmente em nível nacional.

Procedimentos Metodológicos

- Fontes de Informação:

- **Sujeitos**

- Membros das Equipes Diretivas de Escolas Públicas de Educação Básica de Santa Maria/RS.

- Instrumentos de coleta

- **Entrevistas**

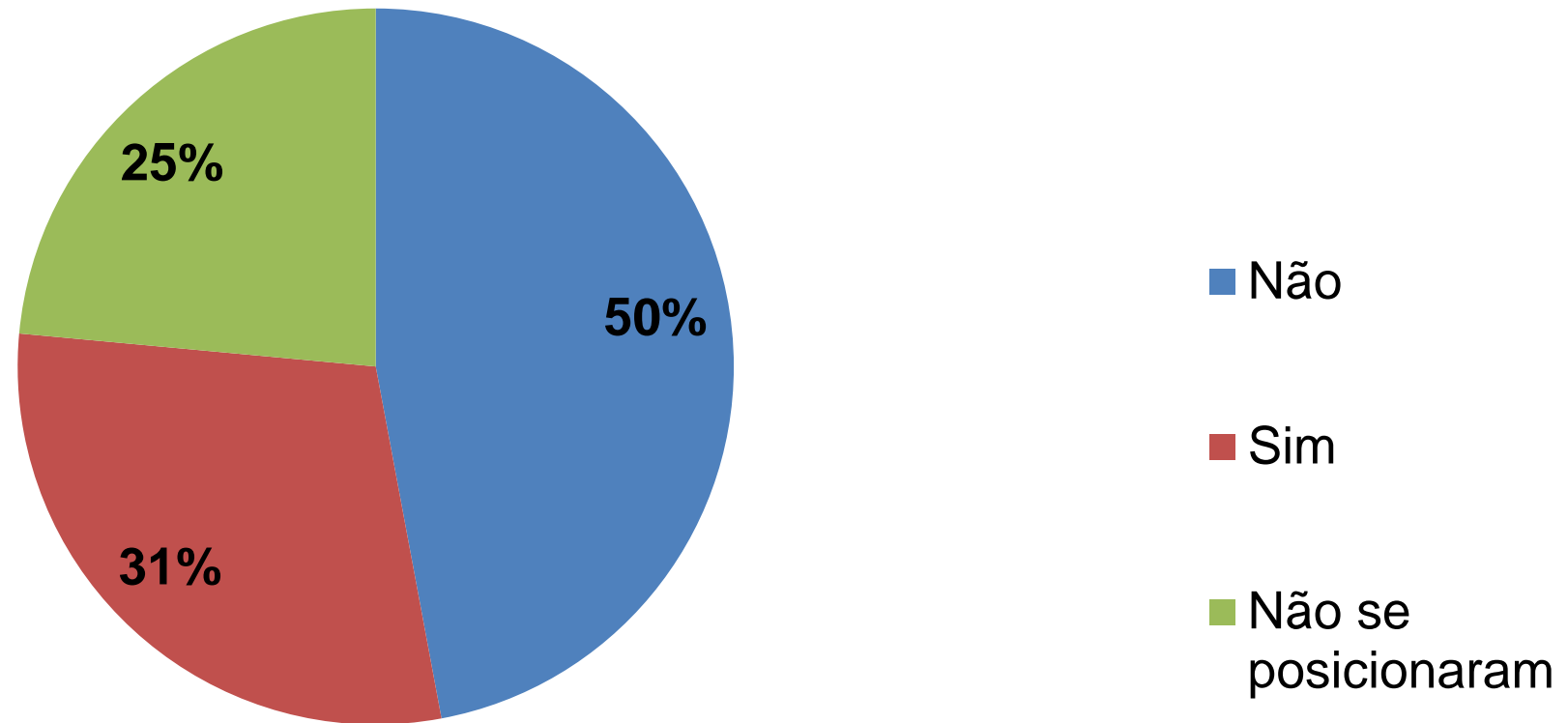
Procedimentos Metodológicos

- Elaboramos e implementamos o Roteiro de Entrevista
- A rede Municipal compreende um total de 48 escolas
- Foram realizadas 27 entrevistas
- Delas, 16 foram transcritas.
- 9 escolas não concederam entrevista alegando não ter interesse na pesquisa, não ter tempo para nos atender ou já estar envolvida em outras pesquisas junto a universidade.
- em 6 escolas não realizamos entrevistas visto que não tiveram o IDEB em 2011.

Resultados

- A análise das informações nos permitiu criar três (3) categorias, são elas:
 - 1) Concordância com a existência do IDEB;
 - 2) Discordância com os critérios avaliados pelo IDEB e
 - 3) Critérios considerados relevantes para avaliação escolar

Categoria 1: Concordância com a existência do IDEB



Concordância com a existência do IDEB

- Mesmo acreditando no potencial avaliativo deste índice, CP apresentam ainda a necessidade de um outro instrumento avaliativo.
 - *“Um sistema de avaliação externo é importante, e acho que deve ser feito, mas não concordo com os critérios do IDEB. (E06)”*
 - *“O IDEB é um referencial, mas não é o único. Como é uma avaliação externa, é uma forma de a gente ser visto também. E isso a gente não pode negar que influencia, no nosso trabalho, na avaliação que a gente tem e até nas nossas ações (E47)”*
- A influência se dá no **trabalho do professor** pois, como este resultado é divulgado muitas vezes como forma de ranqueamento, influencia na ação individual do professor, do quanto ele se incomoda ou não com a nota de sua escola.
- Neste momento a **interpretação da nota do IDEB** pelo professor vem ou não a motivar, ou melhor, mobilizar ações a cerca do trabalho escolar.

Não concordância com o resultado do IDEB

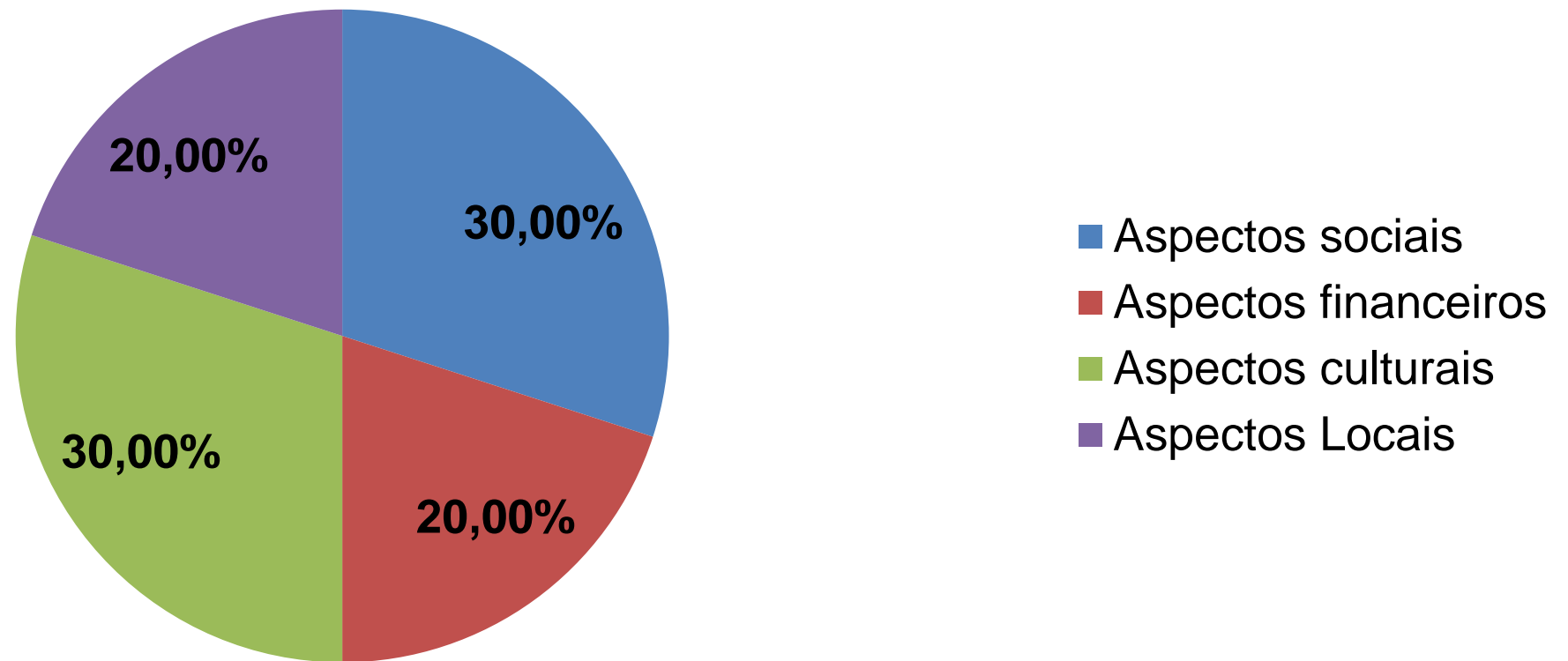
- A grande maioria afirma discordar, alegando realizarem outro tipo de avaliação no cotidiano escolar,
- O IDEB não leva em consideração o contexto da escola e de seus alunos;
- A prova não avalia o que deveria, pois “*é uma prova que vem pronta*” (E12) e, portanto, não alcança as especificidades de cada escola, sala de aula e criança.
- A nota baixa é incongruente com o perfil dos professores, seus trabalhos e dedicação.
- A Prova Brasil não leva em consideração os alunos inclusos;
- ✓ *“Eu particularmente acho que não. Acho que não, porque o teu trabalho tu avalia sempre... Por que antigamente não existia isso e a gente não deixava de fazer uma avaliação do trabalho da gente, porque antigamente não existia IDEB não existia essas provas, provinhas...essas coisas. E a gente sempre fazia uma avaliação do trabalho, o que tava bom, o que que não tava, o que a gente tem que mudar para o ano, o que não tem. (E07).”*
- Se a escola discorda do IDEB e de sua existência, afirmando fazer outro tipo de avaliação internamente, qual é essa avaliação? Como é feita, sistematizada e organizada? Quais implicações dessas avaliações na (re)organização do trabalho escolar?

Categoria 2: Discordância com os critérios avaliados pelo IDEB

- Existem fatores externos que influenciam no trabalho escolar.
- Afirmam que os critérios do IDEB estão restringindo um “universo que é tão amplo” (E08), em que não são levados em consideração as especificidades de uma escola de periferia e outra de uma região central

“Por exemplo, se nós pegarmos, os professores da escola que obteve o maior IDEB aqui no município e colocarmos aqui em nossa escola, eu me arrisco a dizer que o resultado não ia ser diferente. Por que a escola que tirou o melhor tem alunos melhores que os nossos no sentido financeiro, local e cultural. Me arrisco a dizer, que se os professores desta escola tivessem aqui fazendo trabalho com os nossos alunos, o resultado não seria tão diferente. Assim como, se o nosso professorado fosse para aquela escola que tirou o IDEB bom, eu tenho certeza que o IDEB também seria bom. Isso porque vários outros fatores contribuem (E06)”.

Categoria 3: Critérios considerados relevantes para uma avaliação da escola



- Há um equilíbrio nas porcentagens o que pressupõe todos esses aspectos serem importante na avaliação do trabalho escolar.
- Quando os entrevistados mencionaram a necessidade de avaliar esses aspectos, não apresentaram o que cada um deles envolve
- Independente da nomenclatura dos aspectos do que estes envolvem, **todos os aspectos apresentados tratam de assuntos voltados ao entorno da escola**, demonstrando aí a necessidade de avaliar todos os agentes escolares, suas ações, implicações destas na organização e no desenvolvimento do trabalho escolar, e não só o desempenho de alunos em provas externas e dados estatísticos, da forma como se configura o IDEB.

CONSIDERAÇÕES I

- Podemos afirmar que não é a nota do IDEB que atribui significado para o que a escola é e desenvolve, é fundamental a avaliação de outros fatores que permeiam aspectos culturais, sociais, financeiros e locais da comunidade escolar.
- O maior conflito que pudemos observar diz respeito às práticas escolares, no que tange a avaliação escolar, e o que o IDEB considera para atribuir uma nota a cada escola de EB.
- A nota que é atribuída pelo IDEB leva em consideração aspectos isolados do trabalho escolar que não priorizam o processo de desenvolvimento da educação, o que contraria os preceitos nacionais sobre avaliação.
- Falta, na organização da escola, momentos de discussão entre a comunidade escolar, e isso vem a refletir na fragilidade de opiniões mais concisas sobre o IDEB.

CONSIDERAÇÕES II

- Os CP se perdem ao dizer que os profissionais da escola autonomamente desenvolvem ações para a avaliação institucional do trabalho escolar, pois não há registro deste tipo de avaliação.
- Se a realização e o registro sistematizado dessa avaliação estivessem presentes na rotina da escola, poderiam servir como sugestões cabíveis de serem utilizadas como instrumentos para a organização de uma avaliação externa em larga escala.
- Nós pesquisadores nos deparamos a pensar a necessidade da existência do IDEB para a avaliação do trabalho escolar, uma vez que, se nos é dito que este não é necessário para avaliar o desenvolvimento da EB, será que, vendo cada um dos fatores considerados pelo IDEB, separadamente, sem a somatória, não seria mais vantajoso e proveitoso para os gestores escolares?

CONSIDERAÇÕES III

- Se nos são apontados outros critérios a serem avaliados, será que, motivar e mobilizar uma autoavaliação das escolas, sobre seu trabalho, podendo contar com o auxílio das secretarias de educação e coordenadorias regionais, bem como do MEC, não seria o caminho para a construção de instrumentos avaliativos pertinentes a uma nação?
- Desta forma, a partir dos instrumentos criados pela escola, que coubessem a avaliar o que estes gestores acham importante, as secretarias e coordenadorias, junto ao MEC, organizar-se-iam para análise destes instrumentos para assim se ter instrumentos avaliativos de cunho nacional partindo “das partes para atingir o todo”.
- Diante disso, novamente nos encontramos em um paradoxo, pois quais são aspectos que se aproximam ou se afastam de uma boa avaliação, independente de sua amplitude?

Referências

- BARROSO, João (org). (1996). *O Estudo da Escola*. Porto/PT: Editora Porto. (Coleção “Ciências da Educação”).
- BONAMINO, Alícia C. de; CRESO, Franco. (1999). Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 101-132.
- CANÁRIO, Rui. (2006). *A escola tem futuro? Das promessas às incertezas*. Porto Alegre/BRA: Artmed.
- DI GIORGI, C. (2004). *Uma outra escola é possível: uma análise radical da inserção social e da democracia na escola do mundo globalizado*. Campinas/BR: Mercado de Letras.
- FERREIRA, Eliza B.. (2009). Políticas Educativas no Brasil no tempo da crise. In: FERREIRA, Eliza B.; OLIVEIRA, Dalila A. (org.). *Crise da Escola e Políticas Educativas*. Belo Horizonte/BR: Autêntica.
- FREIRE, P. (1983). *Educação e mudança*. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Coleção Educação e mudança, 1)
- FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 20.ed. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (2003). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREITAS, Dirce Nei Teixeira. (2007). *A avaliação da Educação Básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa*. Campinas/BR: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea).
- MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.). (1994). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez.
- SAVIANI, Nereide. (1994). *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. Campinas/BR: Autores Associados.
- SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela. (2003). Políticas de Avaliação da Educação e quase mercado no Brasil. *Educação e Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 24. n. 84. p. 873-895.
- VIANNA, Heraldo Marelím. (1995) Avaliação educacional: uma perspectiva histórica. *Estudos em avaliação educacional*. São Paulo: FCC, n. 12. p. 7-24, 1995.



**Educação,
Formação &
Crioulidade**

6 e 7 de julho
em Cabo Verde

OBRIGADA!

Adriene Bolzan Duarte

Universidade do Estado de Santa Catarina (BRASIL),
adrienebd@gmail.com